

**INSTITUTO DE PESQUISA APLICADA EM DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO
SUSTENTÁVEL – IPADES**

Destques IPADES, janeiro 2013

IMPACTOS HUMANOS E ECOLOGIA

A mídia mostra constantemente os problemas ambientais: desaparecimento de florestas tropicais, depleção do estoque de peixes, doenças emergentes, aquecimento global, etc. Mas há também fatos de sucessos.

Muitos países desenvolvidos fizeram grandes avanços na limpeza de seus rios, lagos e atmosfera. Os peixes estão novamente migrando rio acima na maioria dos grandes rios da América Norte e Europa para se reproduzirem. A chuva ácida diminuiu, graças às mudanças na queima de combustíveis fósseis. A liberação de clorofluorcarbonos (CFC), que danificam a camada de ozônio que protege a superfície da Terra da radiação ultravioleta, diminuiu drasticamente.

A inevitabilidade do aquecimento global causado pelo aumento do dióxido de carbono atmosférico colocou em andamento um esforço de pesquisa internacional e gerou uma preocupação global.

Os esforços de conservação, através de reservas ambientais e biológicas, parques florestais, jardins botânicos, e incluindo-se a reprodução em cativeiro de espécies ameaçadas têm salvado alguns animais e plantas da extinção certa. Eles também aumentam a consciência do público sobre as questões ambientais, e algumas vezes provocam polêmicas. Sem essa conscientização e compreensão do público, a ação política é impossível.

Esses resultados positivos só são possíveis com os estudos produzidos no mundo natural. Compreender a ecologia não irá por si só resolver nossos problemas ambientais em todas as dimensões políticas, econômicas e sociais. Contudo, a medida que se enfrenta a necessidade de uma gestão global dos sistemas naturais, a efetividade nessa empreitada se apoiará na compreensão de sua estrutura e funcionamento, uma compreensão que depende do conhecimento dos princípios da Ecologia.

Paralelamente se faz necessário que a educação ambiental seja incorporada no dia-a-dia da população, pois desde o pequeno gesto da coleta do lixo, sua classificação, e seu destino final devem se pautar pela sustentabilidade dos serviços ambientais. Um bem para a população e para o meio ambiente.

MAIS VALOR E SUSTENTABILIDADE AO PAU-ROSA

O Pau-rosa (*Aniba rosaeodora* Ducke) produz o óleo de pau-rosa, muito usados na indústria de perfumes. Ao mesmo tempo em que aumenta o número dos componentes dessa árvore para uso humano, hoje 53 identificados, a produção antes restrita ao tronco da árvore, agora o aproveitamento se estende a folhas e galhos. É o resultado do trabalho em centros de pesquisa e universidades de São Paulo, Pará e Amazonas em conjunto com produtores.

O aproveitamento de folhas e galhos fez a produção aumentar em 25% sem nenhum gasto adicional em matéria-prima, em equipamentos ou em ajustes nas técnicas de produção, exatamente as mesmas adotadas para extrair óleo a partir dos troncos das árvores de pau-rosa. As folhas e galhos contêm 1,8% de óleo, enquanto madeira do tronco, no máximo 1%. Esses são dados do químico Lauro Barata, pesquisador associado do Instituto de Química da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e professor visitante da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, no Pará. Esse pesquisador pautou-se no artigo do químico tcheco naturalizado brasileiro Otto Gottlieb, de 1957 que indica a possibilidade da obtenção do óleo a partir das folhas.

Portanto, não foi preciso desenvolver novos materiais ou técnicas de produção. A tarefa difícil, que consumiu dez anos, foi construir os argumentos capazes de convencer os produtores a fazer o que, embora simples, nunca havia sido feito: aproveitar um material antes descartado.

A possibilidade de uso ampliado do pau-rosa está estimulando o cultivo e reduzindo o corte de árvores na floresta, até há poucos anos a única fonte de matéria-prima. Durante quase um século o corte de árvores nativas foi intenso a ponto de causar o desaparecimento dessa espécie das áreas mais acessíveis e motivar a criação de uma rigorosa legislação regulando o corte e a exploração do pau-rosa.

Estudos feitos na Unicamp, na Ufopa e no Instituto Nacional de pesquisas da Amazônia (INPA), em Manaus, indicam que a partir de três anos o pau-rosa já pode ser podado, tendo em vista a extração do óleo. Também foi pesquisado que o óleo de árvores com quatro, dez e quinze anos se mostraram quimicamente equivalentes. Dos 53 componentes que compõem o óleo a predominante, que lhe confere o aroma peculiar, é o linalol, cuja concentração pode chegar a 87% na madeira e a 90% nas folhas.

A retomada da produção de óleo de pau-rosa pode reacender o interesse dos grandes produtores de perfumes, que deixaram de incluir esse componente em seus produtos por causa do fornecimento irregular ou de pressão de consumidores, preocupados com a possibilidade de desaparecimento dessa espécie de árvore da Amazônia. O cultivo do pau-rosa além de evitar a extinção da espécie contribuirá para a economia regional a medida em que se estabeleça sua cadeia produtiva.

A SUPERESTRUTURA DA PESQUISA AGRONÔMICA DO CAFÉ

O Brasil é responsável por cerca de um terço da produção mundial de café. Há 150 anos o país é o maior produtor. Ocupa a segunda posição entre os países consumidores da bebida com o consumo em 2012 de 6,4 quilos por habitante.

Essa posição tem apoio de uma superestrutura formada por produtores de café em sintonia com o Consórcio Pesquisa Café criado há quinze anos por iniciativa de dez instituições ligadas à pesquisa e ao café:

- Empresa Baiana de Desenvolvimento Agrícola (EBDA);
- Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG);
- Instituto Agrônômico (IAC);
- Instituto Agrônômico do Paraná (IAPAR);
- Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper);
- Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA);
- Empresa de Pesquisa Agropecuária do estado do Rio de Janeiro (Pesagro-Rio);

- Universidade Federal de Lavras (UFLA);
- Universidade Federal de Viçosa (UFV).

O programa de pesquisa é coordenado pela Embrapa Café, e as pesquisas contam com o apoio e o financiamento do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé), do MAPA.

O modelo de gestão do Consórcio Pesquisa Café incentiva a interação entre as instituições e a união de recursos humanos, físicos, financeiros e materiais com o objetivo de inovar. Cerca de mil projetos permitiram a geração de conhecimentos básicos, produtos, processos e tecnologias. Essa *expertise* dobrou a produção e melhorou a qualidade do café brasileiro, sem aumento da área cultivada.

A superestrutura da pesquisa agrônômica do café é um exemplo a ser seguido por outras cadeias produtivas do agronegócio para que o país possa manter e até ampliar sua competitividade no mercado internacional. O Brasil e o mundo ganham com iniciativas dessa magnitude.

NOVO RUMO PARA A ECONOMIA BRASILEIRA É NECESSÁRIO

Esgotado o período de bonança externa, elevação dos preços das *commodities* e absorção de mão de obra que proporcionou um “milagrezinho” econômico entre 2005 e 2010, a economia brasileira ingressa em uma nova e dura realidade, na qual o crescimento só será obtido à custa de mais investimento e produtividade.

Mas o governo tem dificuldades para executar as inversões previstas no orçamento e a crescente exigência de conteúdo nacional na produção pode sabotar esse objetivo, comprometendo as perspectivas de desenvolvimento do país.

No início do período de bonança, em 2005, o país, tinha uma taxa de investimento muito baixa que oferecia espaço para uma enorme recuperação. De fato, foi o que ocorreu. Essa taxa evoluiu de 15,5% do PIB, em 2004, para 19,5% no final de 2010, favorecida por conta de uma enorme bonança externa, tanto em termos de elevação dos preços dos produtos exportados quanto de uma espetacular entrada de financiamento externo. Essas duas variáveis cresceram durante todo aquele período, exceto no interregno da crise, em 2009. Além disso, havia uma taxa de desemprego elevada em 2004, de cerca de 12%, que veio

baixando ano a ano, consumindo essa disponibilidade, até chegar a apenas 5,3% em outubro de 2012. E havia ainda uma grande folga de mão de obra no setor informal, que também foi absorvida.

Agora, todos esses fatores se esgotaram: a bonança acabou, os preços das *commodities* se estabilizaram ou estão em queda, a disponibilidade de financiamento externo diminuiu e a mão de obra ociosa desapareceu. Internamente a situação não dá mais para continuar crescendo pela mera absorção de mão de obra, que é um crescimento mais ou menos fácil de obter, com a incorporação do setor informal e do desemprego para a atividade. Dessa forma, o padrão de crescimento que o Brasil pode sustentar daqui em diante é de uma natureza distinta daquela que provocou esse miniciclo positivo entre 2005 e 2010. É um padrão de crescimento que vai depender muito de investimento e produtividade.

Além desses aspectos, o principal problema está na propensão estatizante do atual governo, que é incapaz de executar o investimento programado no orçamento. O governo faz um anúncio atrás do outro prometendo investir, mas na hora da execução as coisas não acontecem. A própria presidente Dilma Rousseff, em recente entrevista, disse que o problema não é dinheiro, mas execução. E isso se deve a uma série de fatores, como a corrupção descoberta em obras públicas que paralisou o investimento em transporte, a ocupação de postos-chave por pessoas inabilitadas e as muitas amarras existentes na esfera pública, entre elas a Lei das Licitações, os entraves no Tribunal de Contas da União e a questão das licenças ambientais. Todo esse sistema é muito pouco articulado e mal gerido. Mas, dadas essas dificuldades, o que se esperaria é que o governo federal se dispusesse, como diversos governos estaduais e municipais estão fazendo, a chamar o setor privado para executar as obras de infraestrutura. O governo diz que chama, mas na verdade tudo sai a fórceps — e, quando sai, vem em um formato sempre inadequado, como no caso dos aeroportos. Nas medidas para a modernização dos portos, a Companhia Docas não foi tocada. As estradas devem ser feitas pelo critério do preço mínimo. Aí, quem ganha a licitação solicita revisão de preço, e o investimento fica parado enquanto a situação não se define. Todo esse processo, tanto no que se refere às concessões ao setor privado quanto à execução própria, é de uma enorme letargia. Da mesma forma, as mudanças nas regras do jogo interferem nas decisões, desestimulando uns e estimulando outros, os que têm acesso privilegiado ao BNDES, os que serão selecionados. Em termos de volume, claro, a qualidade piora, porque não são os mais eficientes, mas sim os mais próximos do poder que chegam lá. Esses são alguns dos problemas com o investimento no Brasil.

Nesse quadro a balança comercial teve queda de 35% em 2012 com US\$ 10 bilhões a menos do que no ano anterior. No passado seria preocupante, porque os dólares fariam falta nas reservas. Agora, o relevante é que falhou todo o arsenal no qual o governo acredita: desvalorização do real, benefícios a setores, elevação de alíquotas de importação.